DECLARAÇÃO PARA INVESTIDURA EM CARGO COMISSIONADO

Eu,   , inscrito no CPF n.     , para fins de investidura em cargo de provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, declaro que:

(   ) não sou voluntário(a) no Poder Judiciário de Santa Catarina

(   ) sou voluntário(a) no Poder Judiciário de Santa Catarina e que a unidade a qual estou vinculado solicitou meu desligamento à Seção de Terceirizados e Estagiários (pedido de desligamento SEI n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ )

1. **DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO**
	1. Nos últimos 5 (cinco) anos meu(s) domicílio(s) (eleitoral, residencial e atividade profissional) foi(foram) no(s) município(s) de:

***(Cite todos os municípios em que viveu, trabalhou ou teve título de eleitor no período)***

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

1. DECLARAÇÃO SOBRE EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

2.1 ( ) Estou ciente sobre as vedações à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, bem como acerca das exceções permitidas, de acordo com o disposto no art. 24da Constituição do Estado de Santa Catarina e no art. 37, XVI, da Constituição da República.

 *(Os próximos itens devem ser preenchidos apenas o(s) campo(s) condizente(s) com sua situação) Lembrando que estagiário e residente judicial NÃO ocupam cargos.*

2.1.1 ( ) **Não exerço cargo, emprego ou função pública** em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal).

2.1.2 ( ) **Exerço cargo, emprego ou função pública** de   na instituição   , da esfera   , e declaro que requeri exoneração do cargo que ocupo a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

2.1.3 ( ) **Recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública** de   na instituição      , da esfera

 ( ) declaro que **solicitarei o cancelamento do benefício** a partir da data da minha posse no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e apresentarei a comprovação no prazo de 15 dias, a contar da posse, sub pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação; ou

 ( ) declaro não comprometer a minha posse, no cargo para o qual estou sendo nomeado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

1. **DECLARAÇÃO SOBRE PENALIDADE NO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

 (*Preencha apenas a opção condizente com sua situação*)

3.1 ( ) Nunca exerci cargo, emprego ou função pública até o presente momento.

3.2 ( ) Exerci o(s) seguinte(s) cargo, emprego ou função pública nos órgãos:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Instituição** | **Esfera** | **Regime de Previdência** | **Data exercício** | **Data exoneração** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

*(Caso tenha marcado o item 3.2, preencha apenas a opção condizente com sua situação*)

3.2.1 ( ) Não sofri quaisquer penalidades disciplinares no exercício dos cargos, empregos ou funções públicas acima mencionados.

3.2.2 ( ) No exercício de cargo, emprego ou função pública no(s) órgão(s) acima sofri a(s) seguinte(s) penalidade(s):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Instituição** | **Esfera** | **Penalidade** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

1. DECLARAÇÃO RELATIVA À LEI N. 15.381/2010 (DOESC DE 20.12.20210)

4.1 ( ) Estou ciente das restrições estabelecidas pela Lei estadual n. 15.381, de 17 de dezembro de 2010, para a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e que não me encontro inserido nas vedações do art. 1º desta Lei.

1. DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO N.156/2012 CNJ

5.1 ( ) Não incido em qualquer das hipóteses de vedação previstas em lei ou na Resolução n. 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

1. DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE COM A ADVOCACIA

6.1 ( ) Estou ciente da incompatibilidade da Advocacia com o exercício de cargo no Poder Judiciário, de acordo com o disposto no art. 28, IV, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994.

 *(Preencha apenas o campo condizente com sua situação)*

6.1.1 ( ) Não possuo registro na Ordem dos Advogados do Brasil como Advogado(a).

6.1.2 ( ) Sou inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil como Advogado(a), no entanto não exercerei atividade de advocacia a partir da minha posse no cargo para o qual estou sendo nomeado, ainda que em defesa do próprio interesse, e me comprometo a pedir licenciamento da minha inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e enviarei o comprovante ao endereço eletrônico dgp.cargoscomissionados@tjsc.jus.br, no prazo de 90 (noventa dias) a partir da posse no Poder Judiciário de Santa Catarina.

1. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

7.1 ( ) Não sou servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina e estou ciente da obrigatoriedade de incluir no módulo de “Declaração de Bens e Renda” do Sistema de Gestão de Pessoas, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da solicitação por parte da Seção de Controle de Cargos, minha declaração de bens conforme modelo padronizado do Poder Judiciário ou minha última declaração do Imposto de Renda. Estou ciente de que, quando solicitado, deverei encaminhar o comprovante de envio emitido pelo sistema à Seção de Controle de Cargos. Estou ciente, ainda, que a não inclusão da documentação referida e o não encaminhamento do comprovante do envio emitido pelo sistema, no prazo estipulado, poderá tornar sem efeito o ato de nomeação.

\*O servidor deverá entrar no acesso restrito, aba “serviços”, item “Declaração de bens e renda”, clicar em “enviar declaração”, e selecionar na última declaração de bens enviada no sistema, “Emitir recibo de envio”. Este documento é o que deve ser enviado ao endereço eletrônico dgp.cargoscomissionados@tjsc.jus.br

Acesse o link a seguir para maiores informações:

<https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/declaracao-de-bens-e-rendas>

1. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Parentesco com Magistrados:

8.1 ( ) Não sou cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau civil, inclusive por afinidade, de qualquer dos membros ou Juízes, em atividade no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, conforme disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 239, de 18 de dezembro de 2002.

8.2 ( ) Sou cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau civil, inclusive por afinidade, dos membros ou Juízes abaixo relacionados:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Matrícula** | **Parentesco** | **Lotação** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Parentesco com Servidores:

8.3 ( ) Não sou cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau civil, inclusive por afinidade, de servidor no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

8.4 ( ) Sou cônjuge, companheiro(a) ou parente do(a) servidor(a) :

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Matrícula** | **Parentesco** | **Lotação** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

  Cidade , Data de   Mês de  Ano .